

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Agora ele já entendeu

No momento em que redigíamos o editorial publicado em nossa edição de sexta-feira da semana passada, no qual denunciávamos o empenho do ministro Dílson Funaro em falsear, deliberadamente, a realidade dos fatos a respeito dos seus contatos com os ministros da Economia dos países ricos — e, citando o vice-presidente da Área Internacional do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, procurávamos mostrar aos leitores do *Jornal da Tarde* os gravíssimos riscos que o Brasil corria —, naquele momento ainda alimentávamos uma pequena esperança de que os fatos viessem a nos desmentir.

Infelizmente, porém, já no dia seguinte, o amplo noticiário publicado pelo jornal especializado em economia e finanças *Gazeta Mercantil*, reproduzindo declarações, primeiro do presidente do Banco Mundial (Bird), Barber Conable, depois do presidente do Eximbank, John A. Bohn Jr., e, afinal, do próprio ministro Funaro, desfez qualquer dúvida que ainda pudesse restar quanto aos resultados da treloucada tentativa do ministro da Fazenda de conseguir apoio dos governos com que manteve contato para encostar na parede os bancos privados de seus países.

O governo Sarney, obedecendo à orientação do ministro da Fazenda, fez do FMI o grande monstro ao qual o Brasil não poderia submeter-se: primeiro em nome de sua soberania e, em seguida, de sua decisão inabalável de “não sacrificar o crescimento econômico”. Assim, o País ficou sem uma ponte para facilitar seu relacionamento com os credores externos.

Pois bem. Como o leitor está lembrado, uma das hipóteses aventadas pelo próprio governo brasileiro para superar o problema criado por nossa atitude diante do FMI, sem perder a face, seria permitir que o Banco Mundial desempenhasse o papel desse organismo internacional como avalista do Brasil perante os bancos privados. Acontece, porém, que o que está contido nas declarações do presidente desse banco minuciosamente divulgadas pelo jornal citado, revela que sua posição em relação ao problema criado pelo governo brasileiro é muito mais ortodoxa do que a que se poderia esperar do Fundo, agora dirigido pelo francês Michel Camdessus, um amigo que nosso ministro da Fazenda se jacta de haver eleito.

Numa atitude que, por ser absolutamente inusitada no Bird, pode ser interpretada como uma resposta dos países ricos — esses visitados pelo ministro brasileiro e que são os principais acionistas do banco — às tentativas de Funaro de conseguir um enfoque político para o tratamento da questão da dívida brasileira, Conable começa por dizer que até aqui o governo brasileiro está “improvisando um pouco” sua política econômica, para depois, logo adiante, acrescentar com todas as palavras: “Eu disse ao Funaro que traga um programa econômico próprio, que faça sentido a longo prazo, porque acredito que, tendo um plano econômico desse tipo como base (só nesse caso, N. da R.), nós seremos capazes de obter uma cooperação bem maior das várias fontes de capital potenciais para o Brasil”.

E mais adiante, com evidente conotação irônica, Conable diz que “no momento o governo brasileiro está, através de ações unilaterais, criando o ambiente no qual conseguiu a atenção de todos (fazendo demagogia, comentário nosso). Mas isso deve ser seguido, agora, de um programa econômico”.

Diga-se de passagem, para avaliar as terríveis dificuldades que o Brasil está enfrentando e só tendem a aumentar daqui para a frente, que o Bird, que tem sido a única fonte de recursos externos líquidos para nosso país nos últimos três anos, aprovou no presente ano fiscal, que termina daqui a quatro meses, apenas US\$ 371 milhões para o Brasil, enquanto a média aprovada nos três anos anteriores foi de US\$ 1,5 bilhão. Em outras palavras: como diz o correspondente da *Gazeta Mercantil* em Washington, se o Brasil não receber pelo menos dois grandes empréstimos setoriais, pagará em juros e amortizações de créditos passados mais do que irá receber do banco em 1987.

Mais contundente ainda que o presidente do Bird, no entanto, foi o presidente do Eximbank, John A. Bohn Jr., que, falando ao mesmo correspondente, de início descartou qualquer possibilidade de restabelecimento das linhas de crédito de médio e longo prazo da instituição que dirige para o Brasil, “antes de o governo brasileiro adotar um programa econômico que seja consistente e implementável”.

“Não se deve” — disse ele — “jogar dinheiro em cima de problemas econômicos como os que o Brasil tem hoje”. E, infelizmente confirmando tudo aquilo que vínhamos dizendo sobre o comportamento das autoridades brasileiras no plano de suas relações com o sistema financeiro internacional, acrescentou: “Todos nós estamos ansiosos para fazer negócios com o Brasil. Mas o governo tem-se prejudicado junto aos credores pela forma como atua. O Brasil deveria ter feito o ajustamento e fechado com os credores quando as coisas estavam funcionando (como o leitor está lembrado, foi por defender esta posição que o sr. Fernão Bracher foi demitido do Banco Central). Mas, em lugar disso, as autoridades econômicas adotaram uma linha dura e encontram-se agora numa posição desajeitada”.

E, também num tom irônico, o presidente do Eximbank fez o seguinte comentário, referindo-se ao sr. Dílson Funaro: “Tenho dificuldade de entender o que ele diz quando vem a Washington”.

Como se vê, é a mesma dificuldade que têm aqui dentro do Brasil todos aqueles que o presidente Sarney encara ou como conspiradores ou como traidores da Pátria.

O correspondente do jornal especializado de São Paulo conclui a sua matéria dizendo que a opinião predominante entre altos funcionários do Eximbank é que o governo brasileiro, por causa das posições que assumiu em relação à dívida externa, desde a chegada do ministro Funaro ao Ministério da Fazenda, se transformou num “outcast”, ou seja, num país proscrito pela comunidade financeira internacional.

Em outra matéria, publicada pelo mesmo jornal, na mesma página, assinada por seu correspondente em Londres que acompanhou Funaro em sua viagem pela Europa, está registrado todo o desfecho sinistro desta situação cheia de maus presságios para a economia brasileira e, portanto, para o próprio regime democrático no País. Numa evidente reação àquilo que ele diz não ter acontecido (o total fracasso de sua aventura no Exterior, fato confirmado pelas declarações dos presidentes do Bird e do Eximbank), o sr. Funaro dizia que o Brasil terá de fazer sacrifícios se os bancos decidirem simplesmente suspender todas as linhas comerciais e interbancárias de curto prazo, tirando o oxigênio que permite ao País vender e comprar no Exterior. Essa hipótese, que ele considera remota mas o diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, considera a mais provável, poderá confirmar-se ou não a partir do próximo dia 31, portanto dentro de 22 dias.

“Os bancos brasileiros no estrangeiro” — disse Funaro — “quebrariam. Inúmeros bancos credores também quebrariam, seria uma situação de caos. E ninguém está querendo o caos”.

Na verdade, por tudo que se tem lido nos jornais americanos e dos demais países visitados por Funaro, a possibilidade de quebrarem inúmeros bancos credores é praticamente inexistente. Há muito esses bancos se vêm preparando para uma situação como essa que o Brasil criou. Segundo a empresa de pesquisa Keefe, Bruyette & Woods, citada pelo *Jornal do Brasil* de sexta-feira passada, os 24 maiores bancos americanos aumentaram de cinco para 15 bilhões de dólares suas reservas para perdas desde 1982, e de 41 para quase 80 bilhões seu capital principal. O que lhes permite jogar as perdas com os devedores na coluna dos prejuízos, sem riscos imediatos. O que torna a posição do Brasil ainda mais tragicamente vulnerável.

Mas, para nós, o pior aspecto de todo esse quadro é a opinião que, segundo o mesmo correspondente, estaria prevalecendo dentro do gabinete do ministro brasileiro, onde se reconhece que todo o processo de reposicionamento do Brasil diante de sua dívida externa só vingará com o apoio dos Estados Unidos. Nesse mesmo gabinete, porém, prevalece aquilo que chamamos em outro editorial de espírito do Itamaraty, ou seja, acredita-se, firmemente, que o governo de Washington vê no Brasil um inimigo, por razões políticas — a falta de alinhamento automático na América Central, por exemplo; por razões comerciais — por temer nossa competição nesse campo e por restrições que o Brasil impõe aos investimentos estrangeiros.

Será que é exatamente isso que o ministro Funaro chama de politização da questão da dívida? Não sabemos, embora desconfiemos que seja. O que sabemos é que quando o sr. Dílson Funaro diz ao correspondente da *Gazeta Mercantil*, no tom patético que o caracteriza: “Insisto em que não vamos pagar a dívida com recessão, com retrocesso tecnológico e com uma estagnação que nos tiraria do circuito dos países modernos”, nós entendemos melhor do que nunca a dificuldade de entendê-lo referida pelo presidente do Eximbank. Afinal, já não estamos numa recessão, made in Brazil, que ao que tudo indica vai fazer inveja a qualquer burocrata do FMI? E que retrocesso tecnológico poderemos sofrer depois que a SEI dos Archer e dos Doria Porto vetou peremptoriamente qualquer tipo de avanço que permita a entrada do Brasil no circuito dos países modernos? Ou será que o senhor Dílson Funaro acha que o circuito referido é aquele percorrido recentemente pelo chanceler Abreu Sodré no continente africano?

O sr. Barber Conable repete na entrevista que comentamos acima uma frase que ouvimos dele na visita que fez ao Brasil, no fim do ano passado.

Num almoço que teve com diretores de jornais brasileiros, aqui em São Paulo, estranhando o pessimismo com que alguns deles se referiam à situação da economia brasileira, o presidente do Bird disse a mesma coisa que disse ao correspondente da *Gazeta Mercantil*: “O Brasil é um país de recursos notáveis que dispõe de muito mais recursos humanos relativamente a muitas outras partes do mundo em desenvolvimento...etc”. Diante disso ele não entendia a razão de tanto pessimismo. Explicamos, então, ao sr. Conable que os recursos humanos a que ele se referia estavam, evidentemente, no setor privado de nossa economia (ele tivera inúmeros contactos com empresários brasileiros que o haviam impressionado positivamente).

Mas ele não conhecia nossos recursos humanos no setor político. Esses que fazem questão de impedir nossa entrada no circuito dos países modernos, porque sabem que quando isso acontecer estarão com suas carreiras encerradas.

Lendo sua entrevista de sexta-feira temos certeza de que agora ele já entendeu...